

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”. 24 a 28 de setembro de 2018

GT 07 – Antropologia Urbana

Classes e socialização familiar no espaço urbano

Vitor Matheus Oliveira de Menezes¹

Universidade de São Paulo (USP)

Resumo

Realizando um levantamento bibliográfico no campo da sociologia da família, este trabalho retoma o arcabouço teórico que embasou uma investigação qualitativa realizada entre os anos de 2015 e 2016. Como parte de uma pesquisa mais ampla, coordenada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a referida investigação assumiu a cidade de Salvador, capital baiana, como campo de estudos. Desse modo, ao levar em conta as posições ocupadas por diferentes famílias no espaço urbano, disserto sobre a persecução e a mobilização de recursos, bem como o caráter estratégico das relações familiares. Em seguida, trato da esfera familiar por meio de sua dimensão simbólica, particularmente a partir da significação das experiências cotidianas e da categorização dos membros da família pelo viés geracional e de gênero. Finalmente, o último tópico apresenta algumas considerações mais específicas, atentando para o indivíduo e o domicílio como elementos importantes para a condução da pesquisa.

Palavras-chave: família; classe; socialização.

Introdução

Realizando um levantamento bibliográfico no campo da sociologia da família, este artigo retoma o arcabouço teórico que embasou uma investigação qualitativa realizada entre os anos de 2015 e 2016. Como parte de uma pesquisa mais ampla, coordenada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a referida investigação assumiu a cidade de Salvador, capital baiana, como campo de estudos.

Desse modo, ao levar em conta as posições ocupadas por diferentes famílias no espaço urbano, disserto sobre a persecução e a mobilização de

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do CNPq. Email: vitormatheus_ba@hotmail.com.

recursos, bem como o caráter estratégico das relações familiares. Em seguida, trato da esfera familiar por meio de sua dimensão simbólica, particularmente a partir da significação das experiências cotidianas e da categorização dos membros da família pelo viés geracional e de gênero. Finalmente, o último tópico apresenta algumas considerações mais específicas, atentando para o indivíduo e o domicílio como elementos importantes para a condução da pesquisa. Em todo o percurso, a família é apresentada como uma realidade não natural, caracterizada por representações socialmente elaboradas e respaldadas em uma historicidade mais ampla.

No enfrentamento dessa temática, o espaço urbano desponta, em primeiro lugar, como critério de acesso a indivíduos, já que os diferentes bairros de moradia sintetizam indicadores sociais e demográficos significativamente díspares. E em segundo lugar, o espaço urbano condiz com uma importante dimensão analítica, visto que impõe oportunidades e constrangimentos à circulação de pessoas e de recursos em um dado território.

1. Família, classe e mobilização de recursos

Por meio da reprodução da força de trabalho², um conjunto de estudos advogou a importância da família no capitalismo moderno, compreendida como meio de acesso a valores de uso e a valores de troca. Enquanto o primeiro é determinado, para Marx (2014), pelas características propriamente ditas de um objeto, tendo em vista o caráter útil que permite satisfazer as necessidades humanas, o segundo, que deriva do trabalho socialmente necessário para a produção de um objeto, consiste no seu valor de mercado, definido por relações quantitativas entre diferentes valores de uso.

Catalisador dessa perspectiva na sociologia brasileira, Oliveira (1977) concebe a sobrevivência da família operária através da venda da força de trabalho por parte de seus membros, iniciativa que permite a obtenção do salário e a compra de bens diversos. Esta atribuição, que traduz o acesso a valores de troca, é complementada pela conservação e modificação de bens para o consumo,

2 Na análise marxista, a força de trabalho condiz com a capacidade dos trabalhadores de investirem energia muscular e intelectual na produção de mercadorias, somando-se aos meios de produção e às matérias-primas disponíveis na conformação das forças produtivas de uma sociedade (MARX, 2008; MARX, ENGELS, 2007)

possibilitando a satisfação de carências individuais pelo acesso a valores de uso. A atividade familiar, tanto remunerada quanto não remunerada, emerge como uma forma de lidar com uma condição precária de classe, submetida a meios insuficientes para a supressão de demandas emergenciais. Em síntese, Oliveira (1977) atenta para o caráter defensivo da família operária, levando em conta sua responsabilização em arcar com os custos da reprodução dos trabalhadores.

Dialogando com essa perspectiva, e observando a persistente valorização da esfera familiar no operariado brasileiro, Durham (2004a) se dedicou a novos questionamentos teóricos. Segundo a autora, o desenvolvimento do capitalismo trouxe consigo o enfraquecimento da família enquanto uma unidade de trabalho produtivo, como consequência da individualização do trabalhador e da generalização dos mecanismos de mercado. Ademais, verifica-se nesse processo a gradual associação do consumidor a um indivíduo singular, que compra produtos independentemente de grupos mais amplos. Como resultado, sob uma leitura mais apressada, a família “parece se esvanecer, uma vez que não figura explicitamente nem como produtora nem como compradora de mercadorias”, tendo em vista a perda das suas “funções tradicionais, principalmente a produtiva e a educativa” (DURHAM, 2004a, p.242-243). O principal contraponto a esse viés consiste, para Durham (2004a), em reconhecer a necessidade de reprodução constante da força de trabalho no capitalismo. A família passa a ser entendida, sob esse olhar, como meio indispensável para a sobrevivência de trabalhadores adultos e reposição de trabalhadores jovens no mercado.

O sentido conferido à reprodução, que extrapola seu aspecto biológico, termina por definir a família como uma “unidade de consumo”, através da qual o trabalhador restabelece a energia gasta durante a jornada de trabalho. No entendimento de Durham (2004a), este consumo é garantido por duas vias distintas. Em primeiro lugar, a família direciona parte de seus membros ao mercado de trabalho, o que igualmente a caracteriza como uma “unidade de rendimentos”. A respeito do operariado, a autora aponta a insuficiência dos ganhos dos chefes de família, o que torna imperiosa a disponibilização laboral de outros componentes. Consequentemente, nota-se a criação e gestão de um fundo coletivo por meio da unificação dos salários individuais, permitindo a consolidação de um determinado padrão de consumo (DURHAM, 2004a). E em segundo lugar, a família desenvolve

um conjunto de atividades produtivas coadjuvantes, voltadas para a conservação ou transformação de mercadorias, propiciando o atendimento das necessidades dos membros da família.

Assim, a despeito do seu enfraquecimento enquanto uma unidade de trabalho produtivo, a família é tratada pela autora como uma unidade de produção. Se anteriormente o caráter produtivo se manifestava com base em relações tradicionais na economia e nos costumes, através da produção familiar propriamente dita de valores de troca (condicionada em grande parte à propriedade fundiária), agora sua função produtiva passa a ancorar-se na geração de valores de uso (DURHAM, 2004a). Dessa forma, ainda que a venda da força de trabalho se desenrole de maneira individualizada, a família é experimentada como uma esfera de consumo coletivo, sendo justamente por meio da família que as necessidades individuais são satisfeitas e os recursos pessoais congregados e redistribuídos.

Em complemento, Durham (2004a) ressalta o potencial de uma análise mais detida, fundada na ótica dos próprios trabalhadores, empreendimento profícuo em problematizar certos modos de vida submetidos a condicionantes materiais. Por essa via, a vida familiar é associada à elaboração de estratégias que “jogam” com a mão de obra disponível, orientando os membros de uma família para atividades remuneradas, formais ou informais, e não-remuneradas, no rol do trabalho doméstico (DURHAM, 2004a). Nesse campo de estudos, a família é identificada como um ambiente de tensões e de conflitos, visto que a tentativa de garantir patamares aceitáveis de consumo encontra, não raro, obstáculos intransponíveis. A autora analisa, ainda, o caráter temporal da vida familiar, distinguindo as estratégias de subsistência (voltadas para necessidades individuais mais imediatas) dos projetos orientados para o futuro (fundados nas expectativas de acesso a bens e nos expedientes disponíveis para a persecução dos mesmos). Nesse processo, Durham (2004a) ressalta que as famílias mapeiam os possíveis caminhos para as próximas gerações, a partir do confronto entre os atributos da esfera familiar e o que ela pode “vir a ser”.

Compartilhando de indagações semelhantes, Bilac (1981) sugere que as características familiares não sejam direta e imediatamente associadas a uma estrutura de classes, cabendo ao pesquisador a produção de categorias que, embora referidas às classes mais gerais, estejam atreladas às características da

população estudada. Este esforço permite a verificação de mediações entre a classe, como uma abstração geral e determinante, e a família, associada à vida cotidiana.

Assim como Durham, a autora inicialmente define a família como uma unidade de reprodução da força de trabalho, levando em conta a responsabilização familiar em repor a energia gasta nas jornadas laborais individuais. Da mesma forma, dialogando com Oliveira, Bilac (1981) reconhece a importância da produção coordenada de valores de troca e valores de uso, através do salário e do trabalho doméstico. Nesse debate, a autora aspira compreender as estratégias que objetivam, em ciclos de contração e expansão da rede familiar, o acesso a bens e serviços. Porém, de maneira especial, a autora dedica-se à análise da reprodução familiar, discriminando-a em duas expressões: a reprodução da força de trabalho; e a reprodução social de indivíduos que ocupam posições estruturais nas relações de produção. Esta última, determinada sobretudo pela primeira, está fortemente imbuída de um caráter ideológico, cabendo às famílias a formação de indivíduos tidos como “adequados” às suas posições de classe. Nas palavras da autora:

Isto ocorre através de normas, valores e padrões de comportamento produzidos e produtores da organização familiar, tais como os envolvidos na distribuição de papéis no interior da família, nas relações de autoridade (mas que são também emocionais e afetivas) entre seus membros, na organização do cotidiano. Tudo isto leva ao desenvolvimento de um certo tipo de comportamento individual envolvendo atitudes, habilidades e uma certa forma de pensar congruentes com as necessidades das relações de produção. Mas por ser determinada, esta reprodução é menos contraditória. E aqui abre-se o espaço para se pensar que a reprodução social não é simples repetição ou perpetuação, mas também destruição, transformação e produção de novas relações e práticas sociais (BILAC, 1981, p.39).

Como argumenta Bilac (1978), a família pode ser entendida como uma “unidade de convivência”, na qual indivíduos vinculam-se por relações de parentesco consanguíneo e não-consanguíneo. Submetidos a papéis de responsabilidade e dependência, os membros de uma família podem ser divididos, de maneira mais simples, em “socializados” e “socializadores”, ainda que o processo de socialização seja perene e recíproco. Dessa forma, se a família coordena e distribui rendimentos, também é sua tarefa transmitir certos padrões de ação, condicionados à reprodução da força de trabalho e aprendidos através da educação doméstica (BILAC, 1978;

1981).

Observando mais atentamente as contribuições de Durham e Bilac, paradigmáticas no fortalecimento da sociologia da família no Brasil, merece realce a crítica do ofuscamento da função familiar no contexto urbano-industrial, dado a cabo principalmente nas interpretações funcionalistas. A família emerge como eixo indispensável para a compreensão da modernidade capitalista, tendo em vista sua vinculação às clivagens de classe, como *locus* de sobrevivência e convivência entre indivíduos. Além disso, é possível notar potenciais diálogos com a teoria bourdieusiana, principalmente nas contribuições de Bilac. A meu ver, a produção de indivíduos “adequados” às posições de classe, através do aprendizado de valores, habilidades e atitudes, condiz com a interiorização do *habitus*. Embora com proposições particulares, tanto Bourdieu quanto Bilac observam a reprodução como algo que se manifesta no curso da experiência individual, ainda que tais experiências não sejam auto-explicativas, já que dispõem de fundamentação coletiva, em especial através do aprendizado e acesso a recursos advindos da participação em determinada estrutura familiar.

O caráter estratégico que perpassa a vida em família, assunto central nos escritos das autoras, é destrinchado de maneira mais detida por Eguía (2003), que associa as estratégias familiares à busca por recursos mercantilizados (por meio de vínculos empregatícios, do comércio e da transferência de renda estatal) e não-mercantilizados (a partir da autossuficiência, das redes de entreaajuda e do acesso a serviços públicos). De maneira mais específica, Eguía (2003) argumenta que as famílias voltam-se para estratégias laborais, tais como a decisão sobre a quantidade de membros engajados no mercado de trabalho, da mesma forma que objetivam o benefício por políticas públicas. A atuação familiar também pode abarcar o autoabastecimento, levando em conta a produção de alimentos e a criação de animais, bem como a utilização de redes de entreaajuda, baseadas em grupos de tamanho variável que trocam bens e serviços de maneira recíproca e gratuita. Finalmente, a autora chama atenção para o desenvolvimento de práticas informais ou institucionais em situações de enfermidade, analisando ainda a organização do trabalho doméstico, tendo em vista os tipos de tarefas atribuídas a cada membro da família. Segundo Bruschini e Ridenti (1994), a efetivação de tantas estratégias depende de uma miríade de fatores, com destaque para o tamanho da família, sua

conexão com redes mais amplas e o ciclo de vida dos parentes. Em síntese, o papel das famílias, cujo sucesso ou fracasso condiciona o acesso a recursos e auxílios, desponta como dimensão explicativa da satisfação de necessidades pessoais em uma sociedade de mercado.

Vale notar que esta satisfação, principalmente em contextos de escassez, ganhou força nos textos acadêmicos a partir da segunda metade do século XX. Para Jelin (1984), se em um primeiro momento a problematização da reprodução de grupos de indivíduos era relegada à tradição etnográfica, na década de 70 este escopo de análise amplia-se para as sociedades ocidentais. Esta inflexão histórica se deu como resultado dos questionamentos acerca do trabalho doméstico, em grande parte oriundos de movimentos feministas e de novas correntes marxistas. Por outra via, o debate público passou a conferir maior destaque ao sustento e à proteção de indivíduos alheios ao trabalho remunerado, especialmente as mulheres e a população em idade não ativa. Enquanto isso, na sociologia, o novo enfoque conferido à reprodução familiar surgiu como um contraponto à tradição funcionalista, que limitava o papel das famílias à socialização de crianças e ao apoio emocional de indivíduos adultos (JELIN, 1984).

Inserida nessa nova linha de investigações, Jelin (1984, 1994) se dedicou ao estudo da esfera familiar na América Latina, dialogando com o conceito de unidade doméstica (*household*) desenvolvido por Rayna Rapp. Para Rapp (1992), a unidade doméstica, centrada na residência, representa o espaço de mobilização e compartilhamento de recursos e tarefas cotidianas, que variam em suas capacidades de acessar, acumular e transmitir riquezas, rendimentos e bem-estar. Por seu turno, a família, que pode significar a família nuclear ou a ampla rede de parentesco seletivamente ativada, representa o princípio normativo de recrutamento das unidades domésticas, responsáveis por sua formação e coordenação. Assim, enquanto a família diz respeito a um conteúdo cultural que orienta as sociabilidades cotidianas, as unidades domésticas traduzem um conjunto de relações materiais, direcionadas à mobilização de bens e propriedades. No entanto, como lembra Jelin (1984), a correspondência entre família e unidade doméstica, assim como entre família e grupo corresidente, tendem a se modificar em um ciclo temporal, da mesma forma que apresentam combinações variadas em diferentes sociedades. As fronteiras entre família e unidade doméstica são, pois, permeáveis.

Na ótica de Jelin (1984), a família consiste em uma instituição social que regula e atribui significados às necessidades de procriação e sexualidade, da mesma forma que condiz com um grupo de cooperação econômica, pautado em relações de parentesco que definem obrigações e direitos aos seus participantes. Seguindo esse raciocínio, a autora afirma que as unidades domésticas são direcionadas à produção/consumo de bens e aos serviços de subsistência, de maneira associada à reposição geracional (procriação e socialização de novos componentes). Desse modo, para Jelin (1984), o âmbito doméstico é o palco por excelência da reprodução, levando em conta três níveis analiticamente separados. A reprodução biológica diz respeito, no plano familiar, ao nascimento de filhos em determinada conjugalidade, enquanto que no plano demográfico está relacionada aos aspectos que compõem a fecundidade. Já a reprodução cotidiana direciona-se ao sustento da população através de tarefas domésticas de subsistência, enquanto que a reprodução social está voltada às tarefas extraprodutivas que garantem a transmissão de certas práticas, valores e posições em uma sociedade particular.

Visto isso, a socialização familiar, que se desenrola fundamentalmente no âmbito doméstico, propicia o aprendizado inicial de normas e condutas³. Em seguida, acompanhando uma trajetória biográfica, a convivência familiar é sobreposta pela participação em outras instituições e relações particulares, capazes de fortalecer ou enfraquecer as primeiras experiências. Nesse aspecto, a argumentação da autora é dialogável com os trabalhos de Lahire (2004, 2005), da mesma forma que compartilha de alguns pressupostos básicos da sociologia disposicionalista, ao conceber a família como um vetor que reproduz privilégios e desigualdades de classe, a partir da circulação de recursos e introjeção de certas práticas e expectativas⁴ (JELIN, 1994).

O debate converge para a fragilidade da cisão entre público (vinculado a processos macrossociais e históricos) e privado (tipicamente pensado como território da família), uma vez que a organização da unidade doméstica pelas famílias, condicionada a determinantes de classe que interferem nas suas capacidades de prover suporte aos indivíduos, ultrapassa o foro íntimo. Assim, os conflitos

3 Processo que pode ser prejudicado, em seu desenvolvimento esperado e adequado, por determinados fatores, tais como a falta de recursos, a violência doméstica e a ausência de vínculos intrafamiliares estáveis (JELIN, 1994).

4 Sobre este último ponto, Jelin (1994) se reporta aos estudos que evidenciam os impactos do “clima educacional familiar” nas perspectivas de escolaridade de crianças e adolescentes.

distributivos, bem como os arranjos históricos de provisão de bem-estar, terminam por edificar possibilidades distintas de viver em família. Em contextos particulares, a intersecção entre família, Estado e mercado, além de articular o fluxo de bens e serviços em um território, também prescreve o campo valorativo no qual devem atuar as relações familiares. Esping-Andersen (1991), grande expoente desta perspectiva, argumenta que o lugar paradigmático conferido às famílias (ou mais especificamente, às necessidades familiares) na distribuição de riquezas caracteriza o modelo de provisão de bem-estar em uma certa localidade⁵.

Se em uma discussão mais geral a família revela forte correlação com a posição de classe, no contexto do capitalismo periférico, característico do caso brasileiro, a família assume importância ainda mais marcante. Para Ribeiro (2010), além da incapacidade e insuficiência do Estado em garantir patamares mínimos de bem-estar para parcelas significativas da população, verifica-se de maneira análoga o fortalecimento do mercado como esfera prioritária atribuidora de valores, através da conversão dos direitos essenciais em mercadorias a serem consumidas. Aliado a isso, ganha destaque um processo incompleto de mercantilização da força de trabalho, repercutindo em um considerável contingente populacional com inserção produtiva precária, traduzida por baixos salários, informalidade e desemprego (RIBEIRO, 2010). Embora estes elementos estejam parcialmente presentes em outras experiências históricas capitalistas, é no contexto do capitalismo periférico que a responsabilização da família pelo destino de seus membros se dá de forma mais intensa, o que leva Ribeiro (2010) a denominar este regime de bem-estar como “familístico-mercantil”. Complementando este debate, Jelin (1994) evidencia a persistência do familismo na América Latina, afirmando que as unidades domésticas comumente se inserem em redes mais amplas de ajuda mútua, proporcionando uma proteção informal frente a intempéries cotidianas. Este familismo se manifesta, nas classes populares, como um repertório utilizado em contextos de baixa oferta de bens e serviços públicos, enquanto que nas classes médias caracteriza-se pelo usufruto privilegiado de contatos e organização da atividade econômica (JELIN,

5 Segundo Esping-Andersen (1991), quando o Estado condiciona sua atuação à insuficiência do mercado ou da família, restringindo a provisão de bens e serviços com base nos chamados “testes de pobreza”, verifica-se o modelo liberal. Quando o Estado condiciona sua intervenção aos momentos em que a capacidade da família se exaure, fortalecendo um determinado arranjo de família tradicional e ofertando subsídios a certos grupos, principalmente os que possuem inserção laboral, vê-se a proeminência do modelo corporativo. E por fim, quando o Estado antecipa os custos da socialização das famílias, disponibilizando benefícios universais, tem-se aqui o modelo social-democrata.

1994).

2. Dimensão simbólica da família e a socialização familiar

No tópico anterior, o levantamento bibliográfico centrou esforços na dimensão material que caracteriza o vínculo entre família e unidade doméstica⁶. Porém, tocando em temas que extrapolam a acumulação, coordenação e transmissão de recursos, diversos estudos tratam do caráter simbólico que alicerça a vida familiar, tendo em vista a categorização de seus membros e a significação de experiências cotidianas.

Em seus escritos, Bilac (1994) gradativamente concede maior ênfase à reprodução cotidiana de indivíduos (pautada, como vimos, na internalização de valores, habilidades e padrões de comportamento), em detrimento da problemática da reprodução da força de trabalho. Como destaca a autora, “não se trata tanto de pensar a reprodução *de* grupos e categorias sociais, mas antes, pensar como ocorre, *nestes* grupos, a reprodução cotidiana e geracional de sujeitos sociais” (BILAC, 1994, p. 155). De maneira paulatina, a esfera familiar ganha terreno como um objeto sociológico particular, não limitada à racionalidade econômica e aos mecanismos produtores de valores de uso e de troca. Observando os limites da constatação da satisfação de necessidades individuais no seio da esfera familiar, Bilac (1994; 2012) atenta para a conformação, através da socialização continuada, de determinados modos de existência. Dessa forma, a autora dedica-se particularmente às relações geracionais e de gênero, fortemente ancoradas na identificação e diferenciação dos indivíduos.

Já para Sarti (2004), a família representa uma realidade instituída por meio da linguagem, o que leva a autora a estudar os distintos processos de categorização, internos e externos, que estruturam a vida familiar. Segundo a autora, o aprendizado da fala na primeira infância possibilita, para além do exercício instrumental da comunicação, a captação de uma ordem simbólica que confere valorizações ao indivíduo, à família e ao ambiente social (SARTI, 2004). Contudo, a família não esgota suas atribuições após o exercício da socialização precoce,

6 Cabe realce que o recorte se deu a partir de uma divisão instrumental do capítulo, e não a partir da limitação dos autores citados a essa temática.

mantendo, também para os adultos, o papel de servir como base de significação das experiências cotidianas. No entendimento de Sarti (2004), a família é apreendida como uma noção que é ensinada, internalizada e ressignificada pelos indivíduos ao longo da trajetória biográfica. Por meio desse processo, um discurso generalizante sobre as famílias (ou o que se espera delas) é, em cada família singular, filtrado, traduzido e “devolvido” pelos seus membros.

De maneira semelhante, Bott (1976) afirma que a significação de experiências, direcionada para situações específicas ou para representações genéricas acerca da sociedade, desenvolve-se no ambiente social efetivo da família, fundado em sua rede de parentes, vizinhos, amigos e instituições mais próximas. Para a autora, o “mundo social primário” assim produzido atravessa lugares heterogêneos, muitas vezes desconexos, tais como a residência, a vizinhança, a escola e o trabalho (BOTT, 1976). É a partir deste mundo, o “lugar” que respalda diferentes processos de categorização, que os indivíduos experimentam e interpretam os acontecimentos cotidianos. O mesmo vale para as ideias que os indivíduos desenvolvem acerca da estrutura de classes, tanto em seu aspecto nominativo (apresentação das classes existentes em certa localidade) quanto em sua dimensão valorativa (comparações entre as classes e elaboração de juízos de valor sobre as mesmas). Portanto, Bott (1976) argumenta que as posições de classe não são acessadas no cotidiano a partir de categorias socioeconômicas homogêneas e bem definidas, mas sim por meio das experiências de poder e prestígio no ambiente social efetivo da família.

É nítido que os repertórios observados nesse ambiente podem assumir manifestações bastante diversas. Como sintetiza Martin (1996), a família permite a transmissão de bens, subsidia o acompanhamento escolar, o acesso à moradia, à propriedade e ao trabalho, bem como fornece apoio às tarefas de cuidado. Além de auxiliar a assistência a crianças e idosos, a rede de parentesco pode ser seletivamente ativada para a garantia de suporte conjuntural, em situações de doenças ou perda de emprego (MARTIN, 1996). Por esse motivo, Wolf (1990) caracteriza a família como uma organização polivalente. Em sociedades cada vez mais segmentadas, nas quais as instituições se especializam em arcar com necessidades pessoais específicas, as famílias congregam, em pequena escala e em contextos circunscritos, funções sexuais, econômicas, políticas e afetivas

(WOLF, 1990). Entretanto, a atribuição da família para tantas funções não se dá de forma natural. Como lembra Woortmann (1984), o exercício de tarefas remuneradas e não remuneradas pela família só é possível a partir da reprodução da família enquanto categoria ideológica. Em vez de emergir como o resultado de uma razão instrumental que persegue benefícios, a família corresponde a um modelo típico, culturalmente determinado, de organização das relações sociais. Ademais, como observa Jelin (1984, p. 9):

La unidad familiar no es un conjunto indiferenciado de individuos que comparten las actividades ligadas a su mantenimiento. Es una organización social, un microcosmos de relaciones de producción, de reproducción y de distribución, con una estructura de poder y con fuertes componentes ideológicos y afectivos que cimentan esa organización y ayudan a su persistencia y reproducción, pero donde también hay bases estructurales de conflicto y lucha. Al mismo tiempo que existen tareas e intereses colectivos, los miembros tienen intereses propios, anclados en su propia ubicación en los procesos de producción y reproducción intra y extradomésticos.

Com isso, a diferenciação dos indivíduos no interior da família advém, em especial, da categorização geracional e pela dimensão de gênero. Para Goldani (2004), enquanto em um nível macrossocial as gerações podem ser entendidas como *coortes* de idade, a nível micro estão associadas à sucessão biológica e social, desenrolando-se em uma linha descendente de parentesco. Como segue a autora, os vínculos afetivos e as expectativas de benefícios econômicos, somados ao reconhecimento dos papéis assumidos entre parentes, são responsáveis por assegurar um “contrato familiar informal” entre as gerações (GOLDANI, 2004, p.228). É a partir deste contrato familiar informal, que ocasionalmente pode ser rompido, que Jelin (1984) assinala a divisão e o compartilhamento de tarefas coletivas na unidade doméstica. Segundo Sarti (1994), tais tarefas englobam de um lado a obrigação de cuidado pelos pais ou responsáveis, e de outro o reconhecimento e retribuição por parte dos filhos.

No que diz respeito ao segundo elemento, Scott (1986) afirma que o gênero desponta como um elemento constitutivo das relações sociais, mais particularmente as pautadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Isso leva a autora a uma proposição mais abrangente da aplicação do conceito, ultrapassando as fronteiras familiares e observando as características do mercado de trabalho, da ação política

e do sistema educacional (SCOTT, 1986). Segundo Conway, Bourque e Scott (1996), o gênero é definido por um sistema binário hierárquico que organiza, a nível do cotidiano, as esferas do masculino e do feminino, trazendo consigo a oposição entre as atividades e comportamentos desejáveis e esperados em cada sexo. Nesse sentido, a regulação dos papéis sociais, concretizada fundamentalmente a partir da divisão sexual do trabalho, ganha relevo na constituição das hierarquias simbólicas (CONWAY; BOURQUE; SCOTT, 1996). Esta divisão, que em sua forma mais elementar se desenrola no ambiente familiar, é condicionada, em uma perspectiva mais ampla, à absorção do mercado de trabalho, à provisão de políticas públicas e aos recursos disponíveis às famílias.

Para Hirata e Kergoat (2007), como um padrão histórico de relacionamento entre os sexos, a divisão sexual do trabalho possui dois princípios básicos, a separação (que divide as ocupações em trabalhos masculinos e femininos) e a hierarquização (a valoração que institui o reconhecimento diferencial dos postos de trabalho direcionados a homens e mulheres). Como seguem as autoras, a designação dos homens para a esfera produtiva e para funções públicas com maior valor social adicionado é complementada pelo encaminhamento das mulheres para tarefas reprodutivas, relativas ao cuidado com crianças e à manutenção da esfera privada. Para Montali (2014), embora a partir da década de 70 tenha se verificado o crescimento da participação feminina em ocupações remuneradas, este movimento ocorreu sob os limites impostos pela absorção do mercado laboral. Além disso, a trajetória ocupacional das mulheres é caracterizada, em grande parte dos casos, pelos conflitos entre a casa e o trabalho, tendo em vista os obstáculos que são inerentes à “incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.604).

Como consequência destes fatores, nota-se maior presença das mulheres em vínculos contratuais precários, em atividades intermitentes e com baixos rendimentos, somados à conformação de duplas jornadas de trabalho, principalmente em contextos onde a provisão estatal de serviços públicos é insuficiente (MONTALI, 2014). Contudo, os conflitos entre casa e trabalho, assim como seus impactos, estão respaldadas nas posições de classe. Se nas classes populares as mulheres são obrigadas a assumir tanto encargos remunerados quanto não pagos, por vezes responsabilizadas em arcar com a quase totalidade das necessidades familiares (dificuldade acentuada em famílias monoparentais), os

estratos superiores desfrutam da possibilidade de utilizar um grande contingente de trabalhadores baratos, em sua grande maioria mulheres, propiciando a redução do tempo voltado para tarefas domésticas e a dedicação em atividades produtivas mais valorizadas (SOUZA, 2009). Estes apontamentos, não representando a subversão da divisão sexual do trabalho, traduzem suas manifestações diferenciais em um espaço social. Da mesma forma, a desigualdade de gênero traz consigo outras experiências para além do mercado de trabalho, como a tomada de decisões na família e a criação de meninos e meninas.

Todavia, nos lembra Couto (2005), as relações familiares são caracterizadas por constantes acordos e negociações entre parentes, não sendo definidas de maneira apriorística por normas coletivas. Logo, a autora trata as posições hierárquicas enquanto submetidas a disputas cotidianas, pelas quais as responsabilidades e obrigações familiares são reformuladas ou reforçadas (COUTO, 2005). É coerente, então, que a categorização intra-familiar seja percebida como um processo de conflitos e de consensos, passível de transformações, como algo a ser verificado empiricamente na investigação sociológica.

Chegado este momento, vale notar a linha tênue que separa a “família” enquanto um conceito sociológico da “família” enquanto um conteúdo normativo. Para Bourdieu (2011), a prescrição da família enquanto um modo de existência padrão termina por obscurecer as condições sociais necessárias para o funcionamento “normal” da esfera familiar. Segundo o autor, “a família em sua definição legítima é um privilégio instituído como norma universal”, privilégio este que resulta no “lucro simbólico da normalidade” (BOURDIEU, 2011, p.130). O não atendimento dos requisitos para o usufruto desta normalidade, como o acesso à moradia e ao trabalho, dificultam a apropriação dos recursos em circulação, seja pela insuficiência do volume de capitais disponíveis, seja pelos resultados particulares da socialização familiar. Se a família é entendida como uma rede de suporte que condiciona o acesso a bens, serviços e reconhecimento, tal conteúdo não está ao alcance de todos. Certamente, a grande lição a ser extraída daqui é não “romantizar” o papel familiar nas trajetórias individuais.

Como um conceito, compreende-se a família como uma instituição polissêmica e historicamente determinada (CARVALHO; ALMEIDA, 2003), heurísticamente relevante por ser transmitida e apreendida no cotidiano de grupos de indivíduos como algo significativo. Nesse sentido, a investigação sobre a família

visa dar conta das mais diversas experiências familiares que extrapolam o conteúdo normativo sobre a família, limitado à família nuclear composta por pai, mãe e filhos, na qual as tarefas de produção e reprodução estão rigidamente delimitadas. Porém, embora vacinem a pesquisa da procura por referências positivas cercadas por “desvios” e “patologias” (SARTI, 2004), estas considerações trazem outro desafio: como evitar o discurso normativo sem relativizar a reprodução da desigualdade, em suas múltiplas expressões, na esfera familiar. O abismo entre a transmissão garantida de capitais e as experiências de privação, mais do que desvelar modos de existência que são apenas “diferentes”, apontam para uma realidade segmentada e com obstáculos perenes à democratização do acesso ao bem-estar. Cabe entendermos, então, quais os determinantes para experiências tão díspares, e como a esfera familiar atua para a reprodução ou transformação das condições de vida.

Com base nos elementos tratados, a família, como uma esfera de sociabilidade que encerra experiências materiais e simbólicas, desponta como dimensão explicativa do conceito de classe, seja em sua manifestação “real” (o trajeto por lugares diferentes no espaço social), seja em sua manifestação ressignificada (o conjunto de sentidos produzidos para dar conta do trajeto). Por esse motivo, creio que o conceito de “socialização familiar” é o que mais se ajusta para os propósitos aqui estabelecidos. Almejando a tipificação de realidades familiares que, por vias e com alcances variados, propiciam redes de suporte para as trajetórias, a pesquisa que integrou o projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo almejou dar conta de elementos que em sua expressão empírica são mutáveis e fugidios, convergindo para um conjunto de práticas narradas pelos interlocutores. Em um determinado lapso temporal, seguindo as transformações advindas das trajetórias, o indivíduo é constantemente demandado a reorientar suas condutas, passando a exigir, em contrapartida, novas atribuições da família. Portanto, mais do que uma característica específica das famílias, a socialização familiar aponta para uma relação que constantemente reconfigura investimentos econômicos e emocionais.

Visivelmente, é mais comum que a socialização familiar seja associada à formação da personalidade, levando em conta o aprendizado de valores e comportamentos, processo que acompanha o indivíduo em toda sua biografia (BRUSCHINI; RIDENTI, 1994). Todavia, para esta pesquisa, ampliei o conceito de socialização familiar à dimensão material que fundamenta a circulação e apropriação

de recursos, elemento que ocasiona a edificação de horizontes distintos de mobilidade social. Isso porque a circulação de bens, serviços, favores e afetos pela família abarca tanto aspectos concretos e palpáveis, como o dinheiro, uma casa e objetos diversos, quanto medidas e obrigações cotidianas, como o cuidado de dependentes, o acompanhamento dos estudos e a indicação de um emprego. Nesse âmbito, após a leitura atenta das entrevistas, salta aos olhos que a mobilização familiar desses repertórios termina por elaborar diferentes “projetos” de indivíduos, possibilitando (ou até impondo) a dedicação pessoal em determinadas práticas. Esse processo, assim como referido por Durham (2004a), representa a efetivação de um mapeamento dado a cabo pela família, que vislumbra, incentiva, investe, desestimula ou obstrui a persecução individual de certas realizações. Dessa forma, a socialização familiar traz consigo tanto a transmissão de recursos quanto o ensinamento dos comportamentos e habilidades esperados em uma geração, processo relacionado, em última instância, à incorporação lenta, gradual e diferencial de certas formas de ação e pensamento.

Em decorrência, a socialização familiar distancia-se do conceito de “socialização primária” nos escritos de Berger e Luckmann (2013). Para os autores, a socialização primária, desenvolvida na infância, é direcionada à formação de um “outro generalizado” na consciência dos indivíduos, convertendo, com base na abstração dos papéis sociais, os parentes em entidades que simbolizam a sociedade. A partir disso, certas regras aplicadas no seio da esfera familiar, como o respeito à autoridade e a proibição de agressões, passam a orientar o comportamento em outros ambientes, sob pena de punições difusas. Segundo Berger e Luckmann (2013), a socialização primária se encerra quando a interiorização do “outro generalizado” é bem-sucedida, processo complementado pela “socialização secundária”, com vinculação institucional (cujo melhor exemplo é a escola) e advinda da divisão do trabalho, propiciando a aquisição do conhecimento voltado para funções específicas.

Basicamente, o conceito de socialização familiar aqui utilizado difere dessa perspectiva por dois motivos complementares. Em primeiro lugar, a socialização familiar é algo que “acompanha” o indivíduo em toda a sua trajetória, não reduzindo-se à etapa infantil, momento de maior dependência afetiva e econômica. Como é nítido, a ativação de nós da rede familiar são imprescindíveis na formação escolar e na procura por empregos, bem como no aprendizado de atitudes condizentes com a

persecução das espécies de capital. Desse modo, a socialização familiar é percebida como um investimento constante, apresentando diferentes atribuições temporais. E em segundo lugar, partindo de preocupações distintas às apresentadas pela sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann (2013), a pesquisa objetivou analisar como as relações intra-familiares concedem suportes diferenciados às trajetórias, observando os vínculos afetivos e as possibilidades de acesso a recursos materiais e imateriais. Assim, compreendo a socialização familiar como um processo com forte carga emocional, no qual são estabelecidos repertórios de formação de personalidade e circulação de bens e serviços.

3. Família, indivíduo e domicílio

Na pesquisa, os indivíduos foram instituídos como unidades de análise, escolha que trouxe consigo algumas consequências importantes. Por essa via, ganharam relevo o caráter processual da socialização familiar, uma vez que diferentes momentos das biografias são passíveis de apreciação. Ganha espaço, com isso, uma temporalidade expandida, repercutindo em uma abordagem diacrônica. Como resultado, as trajetórias individuais evidenciaram como a assunção de diferentes papéis, através da filiação, do matrimônio e da paternidade/maternidade, reposicionam o indivíduo em uma rede familiar, formulando novas obrigações e expectativas (MENEZES, 2018).

Portanto, o trabalho empírico assumiu como ponto de partida a participação diferencial na vida familiar. Segundo Sarti (2004), os discursos dedicados à família sempre partem de um ponto de vista, posto que a esfera familiar não corresponde a uma simples soma de indivíduos, mas a um “universo de relações”. Nas trajetórias, os lugares ocupados nesse universo propiciam condições diversas à produção das narrativas:

As fronteiras da família, delimitadas pela história que vai sendo contada aos indivíduos ao longo de suas vidas, são, entretanto, constantemente redefinidas pelas várias mensagens que lhes chegam, vindas do mundo ao seu redor. Além disso, cada um conta essa história do seu jeito. Ela é recontada de maneiras diferentes por e para cada um dos membros que compõem a família, dependendo do lugar a partir do qual ouvem e falam, construindo várias (e variadas) histórias. Os discursos são distintos porque os lugares são diferenciados. O discurso muda não apenas de acordo com quem fala, mas também em relação a quem se

fala. A família, como o mundo social, não é uma soma de indivíduos, mas sim um universo de relações (SARTI, 2004, p. 18)

Prosseguindo com minhas considerações, ressalto que na investigação sob apreço parte dos interlocutores foram abordados em seus domicílios. Entretanto, como aponta Burke (2000), o vínculo entre família e residência não deve ser tomado como um dado absoluto, já que para além de uma unidade residencial, a família consiste em uma unidade jurídica e econômica, cujos componentes estão conectados por envolvimento emocional. Por conseguinte, as fronteiras que delimitam as múltiplas relações familiares, dentre elas a co-residência, podem não coincidir. Porém, se a residência não deve ser tomada como um elemento a priori no estudo da família, a sustentação fornecida pelo domicílio para a aglutinação, mobilização e conexão de indivíduos em uma rede de parentesco aparece como um dado básico para o acesso a patamares mínimos de bem-estar. É plausível afirmar que a esfera doméstica diz respeito a um ambiente construído e apreendido como local “padrão” de regulação das relações familiares, ainda que a família transborde as fronteiras da moradia.

Da mesma forma, a categoria “família” abarca configurações familiares destoantes, podendo variar em sua estrutura (configuração da extensão familiar e dos papéis que a compõem) e em seu ciclo vital (etapa de desenvolvimento da sucessão geracional) (BRUSCHINI, RIDENTI, 1994). Para Bruschini e Ridenti (1994), as famílias, como grupos dinâmicos, eventualmente não correspondem aos limites propostos por uma concepção “moderna” de família, reportada a um núcleo conjugal com filhos. Tal observação ganha importância ao notarmos as profundas modificações da constituição familiar no Brasil durante a segunda metade do século XX, levando em conta a maior expressividade das famílias reconstituídas, dos casamentos homossexuais, das taxas de divórcio e dos “não casamentos” (CAMARANO; FERNANDES, 2014). Igualmente, verifica-se a queda da quantidade de filhos por casal, da mesma forma que crescem o número de casais que optam por não ter filhos.

Para o território brasileiro no último Censo de 2010, 44,7% dos arranjos domiciliares nucleares (composto por um pai e uma mãe, representando 65,1% da totalidade dos arranjos) são representados por casais com filhos com idade de 13 anos ou mais, seguidos por casais com ao menos um filho com idade entre 6 e 12

anos (17,8%), casais nos quais a mulher possui 40 anos ou mais e que não possuem filhos (14,8%), casais com filhos com idade de até 5 anos (12,9%) e casais nos quais a mulher possui menos de 40 anos e que não possuem filhos (9,7%)⁷ (CAMARANO; FERNANDES, 2014). Continuando com Camarano e Fernandes (2014), os arranjos domiciliares não nucleares, que representam os 35,9% restantes, são compostos pela monoparentalidade feminina (14,4% da totalidade dos arranjos), unipessoalidade feminina (9,3% da totalidade dos arranjos), unipessoalidade masculina (8,7% da totalidade dos arranjos) e monoparentalidade masculina (2,1% da totalidade dos arranjos)⁸. Em síntese, embora estejam limitados aos domicílios por questões práticas e logísticas, os dados ilustram a pluralidade das formas de convivência familiar, fenômeno que demanda uma atenção constante na condução do trabalho empírico. Com base nesses elementos, a pesquisa tratou da atribuição de papéis, da relação família-domicílio e da configuração familiar como passíveis de investigação, não resolvidas previamente.

Referências bibliográficas

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 35 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. 239 p.

BILAC, Elisabete Dória. Classes sociais e família: nota para a pesquisa empírica. **Perspectivas**, v. 4, p. 37-42, 1981.

_____. **Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência**. São Paulo: Símbolo, 1978. 157 p.

_____. Trabalho e família: articulações possíveis. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 129-145, 2014.

_____. Trabalho e reprodução cotidiana: apresentação. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 11, n. 2, p. 155-158, 1994.

BOTT, Elizabeth. **Família e rede social: papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns**. Tradução de Mário Guerreiro. Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves, 1976. 320 p.

7 Destas categorias, verifica-se crescimento, desde 1980, dos casais sem filhos e dos casais com filhos com idade de 13 anos ou mais.

8 Os rendimentos variam amplamente dentre tais arranjos, estando os piores rendimentos médios *per capita* situados na monoparentalidade feminina e nos casais com ao menos um filho com idade entre 6 e 12 anos (0,9 salários-mínimos), enquanto que os maiores rendimentos médios *per capita* são encontrados em casais jovens sem filhos (2,1 salários-mínimos) (CAMARANO; FERNANDES, 2014).

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. 11 ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. 224 p.

BRUSCHINI, Cristina; RIDENTI, Sandra. Família, casa e trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, n. 88, p. 30-36, fev. 1994.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora Universidade do Estado de São Paulo, 2000. 283 p.

CAMARANO, Ana Amélia; FERNANDES, Daniele. Mudanças nos Arranjos Familiares e seu Impacto nas Condições de Vida: 1980 e 2010. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Novo regime demográfico**: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: Ipea, 2014, p. 81-117.

CARVALHO, Inaiá M. M de; ALMEIDA, Paulo Henrique de. Família e proteção social. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n.2, p. 109-122, 2003.

CONWAY, Jill K.; BOURQUE, Susan C.; SCOTT, Joan W.. El concepto de género. In: LAMAS, Marta (org.). **El género**: la construcción cultural de la diferencia sexual. Programa Universitario de Estudios de Género. Universidad Autónoma de México: México, 2000. p. 2-6.

COUTO, Márcia Thereza. Estudos de famílias populares urbanas e a articulação com gênero. **Revista Antropológicas**, v. 16, n. 1, p. 197-216, 2005.

DURHAM, Eunice. A família operária: consciência e ideologia. In: _____. **A dinâmica da cultura**: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004a. p. 237-253.

_____. Família e reprodução humana. In: _____. **A dinâmica da cultura**: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004b. p. 323-355.

EGUÍA, Amalia. Pobreza y Reproducción Familiar: propuesta de un enfoque para su estudio. **Caderno CRH**, v. 17, n. 40, p. 79-92, jan./abr. 2004.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova**, n. 24, set. 1991, p. 85-116.

FUKUI, Lia. Estudos e Pesquisas sobre família no Brasil. In: **BIB - O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: ANPOCS/CORTEZ, 1986. p. 237-253.

GOLDANI, Ana Maria. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 1, p. 29-48, jan/jul. 2002.

_____. Relações intergeracionais e reconstrução do Estado de Bem-Estar: por que se deve repensar essa relação para o Brasil? In: CAMARANO,

Ana Amélia (org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

GUIMARÃES, Iracema. Revisitando a família no cenário da pobreza. **Caderno CRH**, Salvador, n. 29, p. 89-127, jul./dez. 1998.

HIRATA, Helen; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

JELIN, Elizabeth. **Familia y unidad doméstica: mundo público y vida privada**. Buenos Aires: Centro de Estudios de Estado y Sociedad, 1984. 44 p.

_____. Las familias en América Latina. **Familia Siglo XXI**, Ediciones de las mujeres, n.20, p. 2-23, 1994.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Tradução de Patrícia Chittoni Reuillard e Didier Martins. Porto Alegre: Artmed, 2004a. 344 p.

_____. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 49, p. 11-42, 2005.

MARQUES, Eduardo. **Redes Sociais, Segregação e Pobreza em São Paulo**. Tese de livre docência, São Paulo, Ago. 2007. 176 p.

MARQUES, Eduardo; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata. Redes Pessoais E Vulnerabilidade Social Em São Paulo e Salvador. **Revista USP**, n. 92. p. 32-45, Dezembro/Fevereiro. 2012.

MARTIN, Claude. Solidarités familiales: débat scientifique, enjeu politique. In: KAUFFMAN, Jean-Claude. **Faire ou faire-faire?** Rennes: PUR, 1995. p. 55-73.

MENEZES, Vitor Matheus Oliveira de. Família e Posição de Classe: a socialização familiar pela privação e a socialização familiar protetiva. **Texto para Discussão (IPEA)**, v. 2379, p. 1-54, 2018.

MONTALI, Lilia. Família, trabalho e desigualdades no início do século XXI. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 2, n. 4, p. 109-134, jul./dez. 2014.

_____. Trabalho e família sob a reestruturação produtiva. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XI, 1998, São Paulo. **Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. p. 2565-2606.

RAPP, Rayna. Family and class in contemporary America: notes toward an understanding of ideology. In: THORN, B.; YALLOM, M. (orgs). **Rethinking the family: some feminist questions**. Boston: Northeastern University Press, 1992, p. 49-70.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Desigualdades de oportunidades e segregação residencial: a metropolização da questão social no Brasil. **Caderno CRH**, v. 23, n.59,

p. 221-233, mai./ago. 2010.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem moral. **Caderno de Pesquisa**, n. 91, p. 46-53, nov. 1994.

_____. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, v. 15, n. 3, p. 11-28, 2004.

SCOTT, Joan W. Gender: a useful category of historical analysis. **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, dec. 1986.

SCOTT, Parry. A família brasileira diante de transformações no cenário histórico global. **Revista Antropológicas**, v. 16, n. 1, p. 217-242, 2005.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Colaboradores André Grillo ... [et al.]. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. 484 p.

WOLF, Eric R. Relaciones de parentesco, de amistad y de patronazgo em las sociedades complejas. In: BANTON, Richard (org.). **Antropologia social de las sociedades complejas**. Madrid: Alianza Editorial, 1990. p. 19-39.

WOORTMAN, Klass A. A. W. A família trabalhadora. **Série Antropológica**, n. 40, p. 1-25, 1984.